

A toga e a mídia: formas de citação e relato em notícias sobre o poder Judiciário

Sayonara Kurtz

Nina Célia Barros

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Resumo: O trabalho pretende analisar as representações do poder Judiciário brasileiro construídas pela mídia, a partir de três episódios de confronto entre poderes de Estado, no primeiro ano do primeiro mandato presidencial de Lula. Utilizamos conceitos sobre representações da Gramática Sistemico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), conceitos de gênero (BAZERMAN, 2005; MILLER, 1984) e tipos de discurso (MAINGUENEAU, 2008). Os primeiros resultados apontam para uma característica estruturante do gênero notícia no contexto estudado: as representações do Judiciário nas notícias constituem-se, em grande parte, de colagem de citações e organização de relatos.

Palavras-chave: Mídia; notícia; citações; relatos.

Abstract: This paper aims to analyze the representations of the Brazilian Judiciary system constructed by the media, from three episodes of confrontation between State powers, in the first year of Lula's first government. We use the concept of representation from Systemic-Functional Grammar (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), the concepts of genre (BAZERMAN, 2005; MILLER, 1984) and types of discourse (MAINGUENEAU, 2008). First results indicate a key feature of genre in the context studied: the representation of the Judiciary system in the news is constituted, in most part, by the collage of quotations and reports.

Keywords: Media; news; quotes; reports.

INTRODUÇÃO

Pela atuação dos meios de comunicação, emergem diferentes representações que perpassam todo o corpo social. É inquestionável a extensão da ingerência da mídia na organização política da sociedade, a ponto de ser chamada de o “quarto poder”. Esta imbricação entre a atuação da mídia e dos poderes do Estado é visível e se materializa em diferentes manifestações discursivas. Uma das instituições amplamente visadas pela mídia é o Judiciário.

Sayonara
Kurtz

Nina Célia
Barros

94

Os meios de comunicação podem fabricar percepções do papel institucional de operadores do direito, como os juízes, e criar representações do Judiciário no corpo social onde interagem diferentes atores que constroem e são interpelados por formas simbólicas: esse “amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1998, p. 79). Há muita atenção por parte da mídia massiva sobre o Judiciário como instituição, sobre os magistrados e a atividade judiciária, sobre as posturas individuais dos juízes a respeito de assuntos os mais variados. Como efeito da liberdade de imprensa, conquista do Estado democrático, matérias veiculadas nos meios de comunicação de massa abordam não apenas os casos judiciais, mas o percurso profissional e pessoal dos juízes responsáveis por processos de grande repercussão.

Atividades humanas envolvendo mais de um indivíduo têm, em sua maioria, um forte elemento comunicativo. Quanto maior a relevância das ações comunicativas em uma dada atividade, mais influente será a organização comunicativa, tanto sobre a atividade em si como sobre as relações sociais nela desenvolvidas. A observação dos espaços discursivos (BAZERMAN, 2005, p. 144-5), organizados através dos gêneros, permite olhar os mecanismos que organizam os textos e investigar os tipos de significados e formações simbólicas realizadas naqueles espaços.

O gênero refere-se a categorias convencionais do discurso por resultar de ações retóricas tipificadas e é interpretável por meio de regras hierárquicas de interação simbólica, assevera Miller (1984, p.163). Como padrão recorrente do uso da linguagem, os gêneros constituem a essência de nossa vida cultural e são os meios retóricos de mediação entre o público e o privado, características que podem ser percebidas no gênero notícia. Nesses termos, o trabalho pretende analisar as representações do poder Judiciário construídas pela mídia, a partir de três episódios de confronto entre poderes de Estado, no primeiro ano do primeiro mandato presidencial de Luis Inácio Lula da Silva.

Nosso objetivo maior, nessa pesquisa, foi perceber os significados produzidos pelas construções linguísticas realizadas nos textos que integram o *corpus* analisado, para posterior investigação das escolhas léxico-gramaticais veiculadas na materialidade textual das notícias. Procuramos, então, identificar as marcas de vozes que não a do jornalista, ao utilizar-se de estratégias linguísticas para reconstruir a situação de enunciação, na elaboração de notícias sobre o poder Judiciário brasileiro.

Após a introdução, o artigo apresenta mais cinco seções: a segunda e a terceira discorrem sobre os pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa; a quarta define a metodologia utilizada para a análise textual, abordando a coleta, composição e armazenamento dos dados, o contexto de situação em que os textos estão inseridos, os instrumentos utilizados e os procedimentos de análise; a quinta apresenta alguns resultados iniciais e a última seção traz breves considerações finais.

Na próxima seção buscaremos particularizar o jornalismo, para caracterizar e contextualizar o gênero notícia.

*A toga e a mídia:
formas de citação
e relato em
notícias sobre o
poder Judiciário*

95

O JORNALISMO COMO SISTEMA DE MEDIAÇÃO

Um grande contingente populacional tem acesso a sistemas textualmente mediados, como a produção e circulação de notícias, nos quais a linguagem, mais do que instrumento de comunicação, é lugar de organização do mundo. Pela linguagem são construídos espaços de significação e poder, sendo impossível dissociar as relações de comunicação das questões de linguagem e das relações de poder que a linguagem possibilita.

O desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio de bens simbólicos de forma irreversível, na medida em que permitiu reconstruir o caráter simbólico da vida social e reestruturar as formas pelas quais os indivíduos se relacionam. A mídia não pode ser entendida apenas como promotora de trocas simbólicas, pois perpassa todas as esferas da sociedade e não há campo social que, de certa maneira, não seja atravessado, construído ou representado por ela.

O jornalismo cria, em si, verdadeiro suporte do real e procura legitimar-se como divulgador dessa realidade. “Os eventos estarão ordenados não por sua sequência temporal, mas pelo interesse ou importância crescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem lê” (LAGE, 1987, p. 21). A notícia, então, é fruto de processo de escolhas que se realiza com a utilização do universo da linguagem, obedecendo a padrões discursivos próprios.

Por conta dessas apreensões de especificidades da notícia, percebemos

a importância de fazer referência à objetividade, pois, como afirma Traquina (2005, p. 135), “nenhum valor no jornalismo como a objetividade tem sido objeto de tanta crítica e má-compreensão”. A discussão, segundo o autor, foi reduzida “a uma simples dicotomia entre objetividade e subjetividade”, quando, na verdade, o conceito de objetividade não nasceu como “negação da subjetividade, mas como reconhecimento de sua inevitabilidade”, consistindo num conjunto de procedimentos do qual os “membros da comunidade interpretativa” fazem uso com o fim de assegurar uma credibilidade “como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (Idem, p. 139). Com o fortalecimento da ideologia da objetividade, podemos inferir que os profissionais do jornalismo substituíram a fé nos fatos por uma fidelidade a regras e a procedimentos.

No Brasil, os próprios manuais de redação da chamada grande imprensa, como o da *Folha de S. Paulo*, que em 2001 editou o *Novo Manual de Redação* em substituição ao *Manual Geral de Redação* de 1984, flexibilizaram regras anteriores, abandonando uma padronização considerada intransigente. A Introdução do *Novo Manual de Redação* da *Folha de S. Paulo* afirma que suas normas “apostam na iniciativa e no discernimento individuais, na inventividade das soluções de cada caso e na disposição para manter o jornalismo em aperfeiçoamento constante”. Mesmo preconizando total imparcialidade e objetividade ao se redigir uma notícia, esse novo manual informa (2001, p. 19) não existir objetividade em jornalismo, pois o jornalista, ao redigir e editar um texto, “toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”, o que não o exime do dever de ser o mais objetivo possível.

Podemos inferir, então, que a textualidade da notícia é perpassada pela subjetividade do jornalista, além de sofrer outros condicionamentos implícitos e explícitos no seu contexto de produção, desde os interesses mercadológicos do veículo midiático, até as ingerências de poder, institucional e individual, dentro das editorias.

A inserção de outras vozes na textualidade da notícia pode se realizar por meio de citações (Discurso Direto) e relatos (Discurso Indireto), tema a ser abordado na próxima seção.

A ORGANIZAÇÃO DAS VOZES NA NOTÍCIA

Maingueneau define Discurso Direto (DD) e Discurso Indireto (DI) como “dois modos de citação independentes um do outro e que funcionam segundo esquemas enunciativos próprios” (2008, p. 149). A citação em DD

é a reprodução das palavras do enunciador citado, mas, como é uma reconstrução da situação de enunciação pelo sujeito que a relata, ela é necessariamente subjetiva e condiciona a interpretação do discurso citado, ainda que pretenda causar um efeito de autenticidade. De acordo com o autor, uma das funções do DD é produzir esse efeito, “indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas” (Idem). O DD aparenta reproduzir as falas citadas, separando a situação de enunciação do discurso citante e a do discurso citado. É preciso observar que “quando o enunciador cita no discurso direto a fala de alguém, não se coloca como responsável por essa fala” (Idem, p. 138), pois procura criar autenticidade, pretendendo mostrar que são aquelas realmente as palavras proferidas, e distanciar-se do dito.

A situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que relata, sendo essa descrição necessariamente subjetiva e condicionando a interpretação do discurso citado. Refere o autor que não existe possibilidade do DD ser objetivo, pois por mais que pretenda ser fiel, ele é somente uma pequena parcela do texto, agora reconstruído pelo citante, que lança mão de diferentes estratégias linguísticas para imprimir sua subjetividade.

Nos acontecimentos transformados em fato noticioso e descritos pela mídia utilizando-se da colagem de citações, o objetivo é produzir um efeito de realidade, já que, ao apresentar declarações textuais, pretende mostrar-se como um testemunho da autenticidade do que está descrito no relato jornalístico. As citações (1), (2), (3) funcionam como uma duplicação do real e corroboram o discurso midiático, atestando as informações veiculadas, pois mostram as fontes e buscam indicar o quanto de veracidade está na descrição dos fatos, a partir dos discursos daqueles que fizeram parte dos mesmos.

- 1) “Com as mudanças que estamos fazendo acreditamos que a cobrança de inativos passa a ser totalmente constitucional, pelo seu caráter tributário e solidário”, disse (FOL, 26/07/2003).
- 2) “Eu não quero deixar esse país para meus netos sob outra ditadura”, afirmou (FOL, 17/06/2003).
- 3) “O Poder Judiciário é um Poder da República e é preciso parar com a ideia de tratar o Judiciário como departamento. O juiz é o Estado”, declarou (FOL, 11/08/2003).

No relato, é o sentido do verbo introdutor que insere o discurso do ou-

tro. A escolha de diferentes verbos introdutórios confere sentidos distintos ao discurso do outro. Com eles o enunciador indica não ser responsável pelo enunciado, pois está apoiado em discurso alheio, e, ao empregá-lo, faz uso de suas próprias palavras para remeter ao discurso do outro. Conforme Maingueneau (2008, p. 150), “Em geral, a imprensa popular prefere o discurso direto ao discurso indireto”. Para o autor, isso se deve ao interesse do jornalista em privilegiar “uma relação mais imediata com o vivido [...] como se o leitor estivesse presente na situação”, ao contrário de quando pretende atingir um leitor instruído, pois, então, “prepara um produto que fale à inteligência desse público e atrás do qual ele se apaga” (Idem), decorrendo daí a maior frequência do DI e das formas híbridas.

Uma das características estruturais dos relatos (4), (5) e (6), é a exigência de um verbo *dicendi* para reger a oração subordinada que introduz o conteúdo da fala citada.

- 4) Corrêa disse que não irá procurar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem representantes para nova conversa (FOL, 13/07/2003).
- 5) “Ele disse ainda que, embora o governo defenda o diálogo com diversos setores, o local para esse debate agora é o Congresso Nacional.” (FOL, 30/07/2003).
- 6) O Presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Maurício Corrêa, disse hoje que quer iniciar uma discussão nos tribunais acerca da reforma do Judiciário que tramita no Senado (FOL, 27/08/2003).

Já na forma híbrida chamada ilha textual (7), (8) e (9), o texto jornalístico traz a narrativa do jornalista autor, aliada a citações colocadas entre aspas e/ou em itálico, fragmento que “ao mesmo tempo, ele utiliza e menciona, emprega e cita [...] perfeitamente integrado à sintaxe, apenas sendo possível identificar que essa parte do texto não é assumida pelo relator, por meio dos recursos tipográficos”(Idem, p. 151).

- 7) Na ocasião, Lula disse que era preciso abrir a “caixa-preta” do Judiciário” (FOL, 02/05/2003).
- 8) O presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Nilson Naves, afirmou ontem que a defesa do controle externo do Poder Judiciário é feita por aqueles que querem “punir” os juízes (FOL, 15/11/2003).

- 9) Vieira disse que o ministro “se apresentava no passado como defensor do Ministério Público” (FOL, 08/12/2003).

Na textualidade da notícia, quando o DI é empregado por meio da organização de relatos, há apenas uma situação de enunciação, não ocorre reprodução do conteúdo do discurso citado, pois acontece uma verdadeira reconstrução do conteúdo proposicional do enunciado.

A descrição da notícia, a partir de seus termos gramaticais, enseja ampliar o espectro da compreensão do funcionamento da linguagem. Para tanto, o trabalho pretende mostrar, de forma sucinta, aspectos da linguagem na perspectiva sistêmico-funcional, para chegar à transitividade na notícia, já que busca analisar, nas notícias sobre o Judiciário publicadas na Folha Online, em 2003, as representações construídas pela linguagem.

Com a Gramática Sistêmico-Funcional, Halliday e Mathiessen (2004) destacam a utilização da linguagem para construir e conservar relações sociais; com ela os usuários podem interpretar e representar o mundo exterior e mesmo seu mundo interior (Idem, p. 24), construindo significados por meio de escolhas. Como decorrência, o estudo da gramática precisa estar conectado com o que ocorre fora da linguagem, com os acontecimentos e as condições do mundo (contexto de cultura) e com os processos sociais em que estão engajados (contexto de situação), sendo utilizado para construir suas experiências. O texto, portanto, revela as escolhas feitas pelo falante, pois quando analisamos um texto podemos mostrar a organização funcional de sua estrutura e quais os significados dessas escolhas.

A linguagem, segundo Halliday e Mathiessen (2004, p. 29), constrói a experiência humana. Ela evolui para satisfazer as necessidades humanas, e o modo como se organiza é funcional, não arbitrário, ao respeitar essas necessidades. Entendendo que tal organização atende a um propósito, os autores asseveram que todo texto é multidimensional, pois realiza mais de um significado simultaneamente. As metafunções indicam os propósitos fundamentais para o uso da linguagem.

As características contextuais, em especial as variáveis definidoras do contexto situacional, distinguem um texto de outro, podem determinar as escolhas linguísticas dos usuários, refletindo as seguintes metafunções: ideacional, que representa os significados, os fatos e a organização do mundo exterior e de seu mundo interior; interpessoal, que representa a interação e os papéis assumidos pelos participantes, e textual, que organiza a mensagem por meio da coesão, coerência, organização temática.

No presente trabalho, é destacada a metafunção ideacional, que permite expressar conteúdos e experiências ocorridas no mundo e se subdivide

em experiencial e lógica (Idem, p. 362). Em sua função lógica, a linguagem atinge o nível acima da oração (Idem, p. 363), o chamado complexo oracional, ao passo que, em sua função experiencial, a linguagem materializa a representação das experiências humanas e se realiza por meio do sistema da transitividade, cuja unidade básica de análise é a oração.

A categoria lexicogramatical da transitividade, portanto, pode ser entendida como a sustentação sociosemiótica da experiência humana e é característica de toda a oração, sua unidade básica. Percebemos nossas experiências, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 170), como um fluxo de acontecimentos divididos e representados por meio dos principais papéis da transitividade: processos, participantes e circunstâncias, formando o que os autores entendem por “figura”, no nível da gramática. No nível da semântica, as orações trazem todas as figuras constituídas por processos que se desenrolam no tempo, por participantes de alguma forma neles envolvidos, além de circunstâncias de causa, lugar, modo, assunto, entre outras, que podem caracterizar as ações e/ou os participantes, indicando quem faz o que, a quem e em que circunstâncias.

Processos, participantes e circunstâncias são categorias semânticas, que mostram a representação dos fenômenos do mundo concreto, construídas no sistema de transitividade. Abordamos, até aqui, a função experiencial. Passaremos, agora, a tratar da outra subdivisão da metafunção ideacional: a lógica.

A metafunção ideacional, no seu modo lógico, traz o complexo oracional. No complexo oracional, uma oração se relaciona a outra por meio de dois sistemas básicos: o grau de interdependência ou *taxe* e a relação lógico-semântica, sistemas que se entrecruzam na sua descrição e que podem ser observados, de forma resumida, na Figura 1.

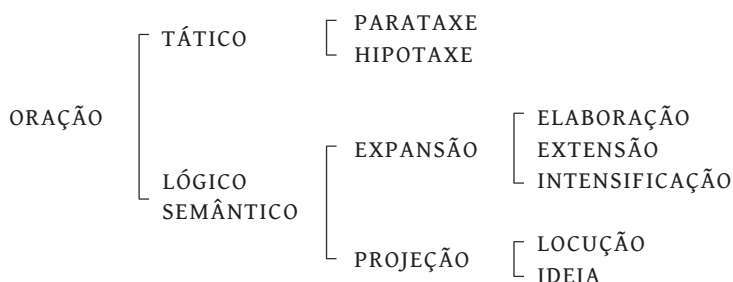


Figura 1: Sistema do complexo oracional (adaptado de HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004)

Há dois tipos de estrutura no que se refere ao grau de interdependência: *parataxe*, quando duas orações relacionam-se em *status* igual (10) e

hipotaxe, quando o *status* das duas orações é desigual (11). O complexo oracional formado por meio de relações táticas é construído como uma cadeia, um par de orações de cada vez, e esse par de orações relacionadas por interdependência é chamado de *nexo oracional*.

- 10) A reforma da previdência é necessária mas pode ser aperfeiçoada. (FOL, 16/06/2003)
- 11) O que deveria ter acontecido é a exclusão do Judiciário da reforma. (FOL, 13/07/2003)

Por meio de relações lógico-semânticas, as orações ligam-se entre si. No sistema lógico-semântico, projeção e expansão são processos que ligam orações para formar complexos oracionais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, p. 376, 377). Na expansão, a segunda oração expande a primeira por elaboração, extensão ou intensificação. Por meio da relação lógico-semântica de projeção, a oração passa a funcionar não como uma representação direta de uma experiência não-linguística, mas como uma representação da representação linguística.

A projeção se realiza com orações verbais e mentais. O nível de projeção determina se ocorre uma representação do que é pensado, numa projeção de significados, ou do que é dito, numa projeção de enunciados. Quando a projeção representa o conteúdo de uma oração verbal, a segunda oração é projetada por meio da primeira, numa representação do que é dito, denominada *locução*, como no exemplo (12). Quando essa projeção representa o conteúdo de uma oração mental, daquilo que é pensado, ela é denominada *ideia*.

- 12) É absurdo admitir que um menino recém-formado atue como juiz, afirmou o ministro Abdalla. (FOL, 27/08/2003)

Em diferentes tipos de discursos, as orações verbais constituem-se num recurso importante, pois, ao possibilitar as passagens dialógicas, contribuem para a criação da narrativa. Nas notícias, as orações verbais possibilitam que o jornalista atribua informação a fontes, como autoridades, especialistas ou testemunhas. O uso dos verbos que realizam processos verbais possibilita a inserção de outras vozes, que pode ser feita por colagem de citações (DD) e organização de relatos (DI).

O modo de projeção determina se a oração é projetada parataticamente, representada por uma citação, um DD, a forma mais simples de pro-

jeção, ou se a oração é projetada hipotaticamente, representada por um relato, em DI.

O referencial teórico, aqui mencionado, serviu de base para a realização da análise do corpus escolhido, empreendida com a utilização de recursos metodológicos a serem apresentados na próxima seção.

DECISÕES METODOLÓGICAS

Sayonara
Kurtz

Nina Célia
Barros

A análise das características estruturantes da notícia foi realizada em um corpus constituído de 37 notícias sem autoria identificada, publicadas pelo jornal *Folha de S.Paulo Online*, no ano de 2003. Adotamos a Linguística de Corpus (LC) (SARDINHA, 2004), como abordagem metodológica pelas ferramentas de análise que ela disponibiliza.

O corpus analisado contém 2.531 palavras distintas, considerado de pequena dimensão pela definição de Sardinha (2004, p. 26), formando um conjunto de dados linguísticos que possui extensão suficiente para fazer-se representativo de uma parcela do uso da língua. Foi construído e organizado para a pesquisa, pois um corpus de pequena dimensão pode ser construído pelo pesquisador (SINCLAIR, 2001, p. xi), a partir de objetivos bem definidos. Pela LC, os textos devem ser trabalhados como sistemas de probabilidades linguísticas e não simples repositórios de termos. Neles, há relevância na investigação da frequência de ocorrência de traços linguísticos, já que a frequência atestada é indispensável para a probabilidade teórica ser estimada.

O corpus da pesquisa foi organizado e preparado, sendo os textos previamente coletados salvos em Microsoft Word 1997-2003 (formatos .doc e .txt), para a utilização das ferramentas computacionais *Word List* e *Concord*, do *WordSmith Tools 5* (SCOTT, 1999), que permitem trabalhar com expressiva quantidade de textos de forma rápida e eficiente, buscando explicar fenômenos linguísticos a partir de generalizações baseadas em registros da linguagem natural, efetivamente utilizada por falantes e escritores em situações reais. Nos textos coletados, portanto, foi possível buscar as características estruturantes de notícias publicadas pela *Folha Online*, no contexto a seguir referido.

Em 2003, a eleição, no Brasil, do primeiro presidente da República oriundo da classe operária, provocou grande expectativa em todos os setores da sociedade brasileira, despertando o interesse da mídia nacional e internacional, pela chegada ao comando do Executivo de alguém que não pertencia nem às oligarquias políticas nem à intelectualidade, e que possuía uma história de militância no movimento sindical.

Desde o início da campanha eleitoral, determinados pontos do programa de governo do então candidato, como a reforma da previdência e o controle externo do Judiciário, já causavam contrariedade aos integrantes desse poder de Estado. Ainda sem se completar o primeiro mês de mandato do novo presidente, as referências ao surgimento de conflitos entre o Executivo e o Judiciário receberam as primeiras atenções do noticiário brasileiro. Iniciaram pela rejeição do Judiciário à reforma da previdência, continuaram com o episódio da “caixa-preta”, e não descartaram as reiteradas manifestações de Lula sobre a necessidade de controle externo daquele poder. Para situar o leitor, faremos um brevíssimo relato desses três episódios.

Os magistrados brasileiros, dos juízes de pequenas comarcas do interior do país, aos integrantes das mais altas cortes, demonstraram contundente rejeição, por terem sido colocados, no projeto de reforma da previdência, em condição de igualdade com outras categorias, enquanto se apresentava uma proposta diferenciada, privilegiando os militares. Essa condição redundaria em drástica redução do valor de suas aposentadorias, e, segundo o argumento muito utilizado, na época, afetaria a independência da categoria, indispensável à função judicante. Essa desconformidade resultou na ameaça de greve dos juízes, fato raro na história recente do país, e que chegou a se concretizar em alguns estados brasileiros, mas não prosperou.

O segundo episódio a concentrar o interesse dos veículos de comunicação ocorreu em abril de 2003, logo após manifestação do presidente Lula sobre a necessidade do Judiciário abrir sua “caixa-preta”. Tal referência, em discurso de improviso, à corrupção, parcialidade e privilégios existentes, segundo ele, nesse poder, provocou forte reação na magistratura. Ela ocasionou o ajuizamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), de interpelação ao presidente da República para explicar as críticas feitas ao Judiciário.

A respeito do controle externo do Judiciário, a mídia, desde o início do governo Lula, reproduz manifestações do presidente sobre seu interesse na criação de mecanismos institucionais que tenham competência para exercer tal controle. Desde os primeiros dias de seu primeiro mandato, a cada incidente, seja de cunho administrativo, como a morosidade e a falta de organização dos serviços cartoriais ou técnico-jurídico, como decisões judiciais equivocadas, seja de caráter individual, ao ocorrerem denúncias sobre juízes envolvidos em casos de corrupção, como a venda de sentenças, o presidente da República vem a público falar, muitas vezes com veemência, a respeito da necessidade de controle externo do Judiciário.

Sayonara
Kurtz

Nina Célia
Barros

104

Incentivada por esses episódios, a “beligerância” entre o Executivo e o Judiciário, desde o primeiro ano do primeiro mandato de Lula, é transformada em acontecimento midiático, como se pode observar na notícia veiculada pela *Folha Online*, já na edição de 15/01/2003, cujo título é “Associação diz que juízes têm carreira mais especial que militares”. A notícia assim inicia: “Se depender da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), a exceção aberta na reforma da Previdência aos militares será estendida aos juízes”.

É importante assinalar as referências da mídia sobre o cenário de confronto entre o Executivo e o Judiciário não terem iniciado no governo Lula, como indica a notícia publicada em 24 de abril de 2003, cujo título é “Fernando Henrique também trocou farpas com o Poder Judiciário ao longo de seus dois mandatos”.

Executivo e Judiciário continuaram medindo forças, após esses primeiros incidentes, mas no final do ano de 2003, a relação entre os dois poderes começou a apresentar sinais de estabilidade, o que é fácil de perceber na notícia publicada em 8 de dezembro, sobre manifestação do então presidente do STF, Maurício Corrêa, cujo título é “Corrêa diz que relação com Lula “vai entrar no eixo”.

Embates como os referidos se apresentam até a atualidade, com distintos graus de intensidade e permanente cobertura midiática, mas o ano de 2003, talvez por toda a expectativa do início do governo Lula, foi emblemático. A reforma da previdência e o controle externo do Judiciário são acontecimentos noticiosos criados e mantidos desde a campanha eleitoral, tanto por terem sido alvo de forte reação dos magistrados, como por não terem apresentado resultados concretos ao longo dos mandatos presidenciais de Lula. Considerado jornal de referência por sua qualidade e postura, a *Folha de S. Paulo*, após a posse do novo presidente, deu ampla cobertura aos conflitos entre Executivo e Judiciário. Isso motivou a escolha do corpus: notícias sobre o Judiciário em conflito com o Executivo, veiculadas na *Folha de S. Paulo*, versão *online*, no ano de 2003. A escolha do jornal em versão *online* deveu-se à facilidade na coleta e organização do corpus, por já se encontrar digitalizado.

Para a construção do corpus, foram tomadas decisões metodológicas que resultaram na eleição de diferentes critérios: o primeiro foi localizar, no período escolhido, notícias com referência ao poder Judiciário. Após essa coleta inicial, o segundo critério utilizado foi selecionar, nessas notícias, apenas aquelas que mencionassem os poderes Executivo e Judiciário como instituição e/ou integrantes desses poderes, sendo excluídas as que não se referissem ao exercício de suas funções. O terceiro critério foi

identificar as notícias sobre os três episódios eleitos para caracterizar o contexto do *corpus*: notícias referentes à reforma da previdência, à “caixa-preta” e ao controle externo do Judiciário. O quarto critério foi coletar as notícias a partir de 24/04/03 até 08/12/03, conforme já mencionadas nesta seção. A decisão não foi tomada por interesse cronológico no lapso temporal entre os fatos, mas para determinar, como período de análise, aquele período no relacionamento entre os dois poderes, que essas duas notícias sinalizam. O quinto e último foi eleger, entre as notícias coletadas, somente aquelas cuja autoria não fosse identificada.

De um *corpus* inicial formado por 134 notícias com referências ao poder Judiciário, coletamos 51 notícias sem indicação do autor e, dentre elas, restaram os 37 textos que se reportavam aos três episódios mencionados. Nesses 37 textos, realizamos o seguinte levantamento: processos verbais mais recorrentes, citações (DD) com verbos de dizer antes, no interior e depois da citação, tipos de relatos (DI) e formas híbridas.

Para análise posterior, que integra tese em desenvolvimento, outro *corpus* está coletado. Nessa outra coleta adotamos os mesmos critérios, com exceção do quinto, pois coletamos somente as notícias com a identificação do autor.

Buscamos responder a indagações prévias: Quais os processos verbais mais recorrentes? Qual a incidência de colagem de citações, pela utilização de DD? Qual a incidência de organização de relatos, com a utilização de DI? Qual a incidência das formas híbridas?

RESULTADOS PRELIMINARES

As análises dos dados, até o momento, indicam a preferência dos jornalistas pela colagem de citações (DD) e organização de relatos (DI) na estruturação das notícias, com maior utilização da colagem de citações, que aparecem em 56,36% dos casos de inserção de outras vozes, enquanto a organização de relatos é utilizada em 40,90% e as formas híbridas em apenas 4,54%, como demonstra a Figura 2.

Observamos que, dentre os verbos que realizam os processos verbais, o “dizer” é o mais recorrente, com 58,18% de utilização, seguido por “afirmar”, com 33,63% e “declarar” com 8,18%, sempre flexionados na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito. Outros verbos que realizam processos verbais foram utilizados, mas optamos por centrar nossa análise nesses três, dada a pouca incidência dos demais, a saber: criticar 3,63%; negar, questionar, reafirmar, revelar 2,72%; completar, divulgar, escrever, pedir 1,81%; acusar, anunciar, comentar, contar, conversar, demonstrar,

discordar, esclarecer, explicar, falar, ordenar, orientar, propor, responder e revelar com 0,90%, apresentados na Figura 3.

Sayonara
Kurtz

Nina Célia
Barros

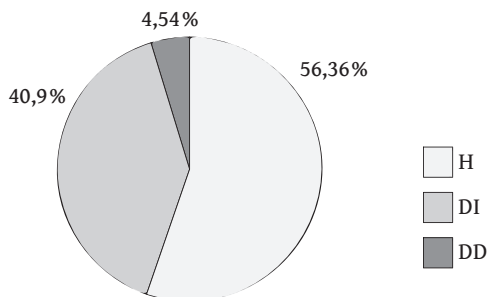


Figura 2: Organização do discurso

106

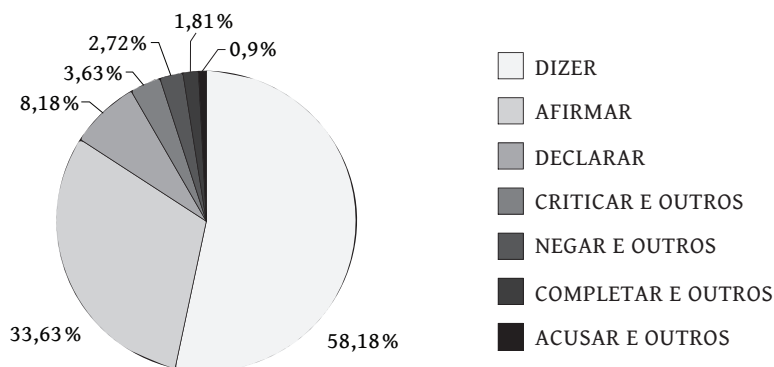


Figura 3: Incidência dos verbos de dizer

Observamos, também, que há maior incidência dos verbos *dicendi* depois da citação (DDDD), como em (13), (14) e (15):

- 13) “A média da grande imprensa brasileira é inconfiável, está a serviço dos interesses mais subalternos que exploram a sociedade brasileira” disse ele. (FOL, 22/10/2003)

- 14) “O país precisa construir uma sociedade mais democrática e mais equilibrada. Esse é o objetivo da reforma”, declarou Berzoini. (FOL, 30/07/2003)

- 15) “Estou enviando para os senhores ministros cópia do texto que me chegou às mãos”, disse Corrêa. (FOL, 27/08/2003)

Em todo o corpus analisado, os verbos *dicendi* apareceram apenas duas vezes (16) e (17) antes da citação (DDDDA):

- 16) O presidente disse ainda: “Nesse país quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia”. (FOL, 02/05/2003)
- 17) ... o ministro afirmou: “Greve no Judiciário? Mas isso é inconstitucional... (FOL, 01/08/2003)

*A toga e a mídia:
formas de citação
e relato em
notícias sobre o
poder Judiciário*

As citações podem, ainda, (18), (19), (20), trazer o cargo do dizente (DDDDCC), para indicar que as palavras proferidas se originam de uma autoridade:

107

- 18) “O ato foi importante para esclarecer juízes e promotores sobre a reforma”, disse a juíza Sônia Amaral Ribeiro, vice-presidente da AMB. (FOL, 16/06/2003)
- 19) “Se não houver possibilidade de negociação a magistratura deve parar”, disse o juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho, presidente da AMC (Associação dos Magistrados Catarinenses). (FOL, 16/06/2003)
- 20) “... Não conseguimos expor nossas posições”, disse o presidente da AMAGIS. (FOL, 16/06/2003)

Podemos inferir que os jornalistas utilizam formas híbridas (7), (8), (9) e (21), (22), quando pretendem destacar ou colocar em primeiro plano algum fragmento da fala relatada:

- 21) O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Marco Aurélio de Mello, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou “uma frase de absoluta infelicidade” quando disse que o Judiciário “engaveta” processos contra agentes públicos. (FOL, 15/03/2003)
- 22) Reforma do Judiciário virou “jogo de lobbies”, diz ministro. (FOL, 18/05/2003)

Ao utilizar as aspas para reproduzir a manifestação do ministro (21) e (22), o jornalista, além de destacá-la, distancia-se dessa enunciação, não se

responsabilizando por ela.

As diferentes maneiras de organização do discurso, nas notícias analisadas, podem ser observadas nas Figuras 4, 5 e 6.

Quando o jornalista constrói o texto com maior utilização do verbo “dizer” (4), (5), (6), considerado neutro, podemos observar a maior ocorrência de DI, imprimindo um efeito de oralidade na notícia, ainda que as palavras proferidas tenham sido modificadas. O DD é bastante utilizado com o *dicendi* depois da citação e com indicação do cargo do dizente (18), (19), (20). Isso indica, em notícias referentes a um dos três poderes, menor responsabilização do jornalista pelas palavras proferidas e atribuição a outem, com pequena ocorrência de citações sem a indicação do cargo. As formas híbridas (7) aparecem como estratégia linguística pouco utilizada. Há, também, rara utilização do *dicendi* antes da citação e em nenhuma delas o cargo do dizente é mencionado.

Sayonara
Kurtz

Nina Célia
Barros

108

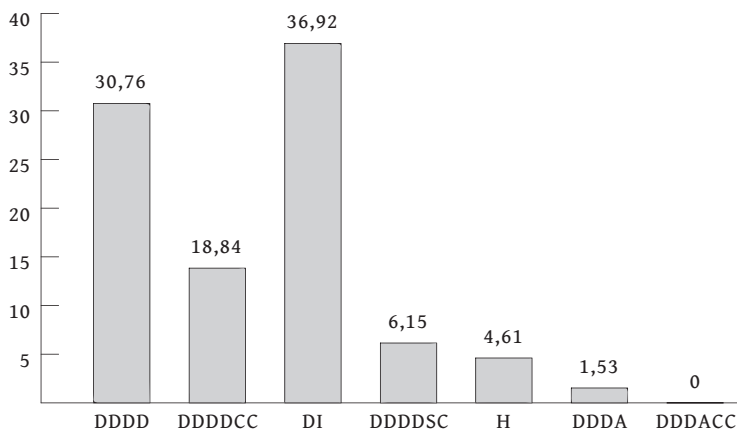


Figura 4: Inserção de outras vozes com “disse”

Resultados semelhantes ocorrem com a utilização de “afirmou”, para marcar a inserção de outras vozes na notícia, como podemos observar na Figura 5.

Diferente de “disse”, com a utilização de “afirmou” há maior ocorrência do DD. Ele é também mais utilizado com o *dicendi* depois, e há quase a mesma incidência de indicação do cargo do dizente. Tudo leva a crer que a adoção de um verbo mais incisivo para marcar a separação entre o discurso citado e o citante, indo além da neutralidade do “disse”, conduz à menor utilização do DI. Isso sinaliza para a utilização de estratégia centrada na aparente reprodução das palavras proferidas, indicando que o di-

zente foi além de simplesmente dizer algo, afirmando-o. Tal escolha pode levar, também, à menor referência ao cargo, pois a “afirmação” supriria a indicação do “grau de autoridade”. Podemos depreender, também, que, quando da escolha por “afirmar”, o jornalista, ao contrário do que ocorre com “disse”, utiliza-o antes da citação com a indicação do cargo (DDDACC), pois já inicia com uma indicação da “autoridade” que afirma algo.

A Figura 6 demonstra as marcantes distinções entre a utilização de “declarou” e as outras duas referidas.

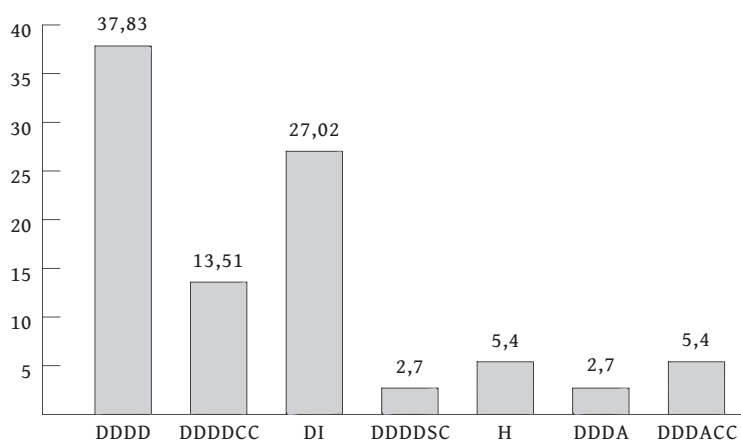


Figura 5: Modos de organização do discurso com “afirmou”

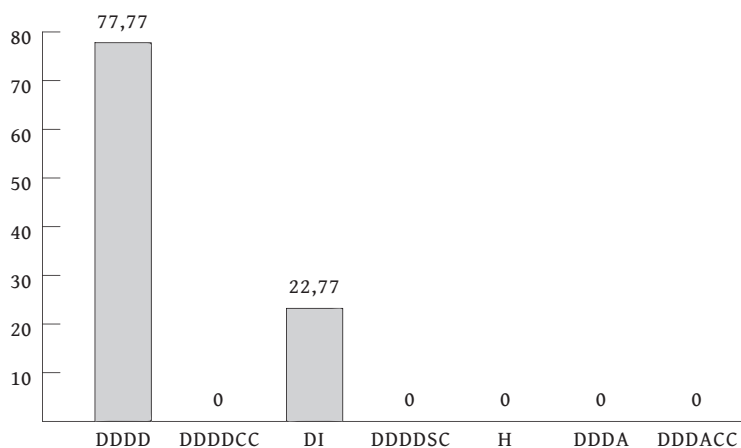


Figura 6: Modos de organização do discurso com “declarou”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas notícias analisadas, o discurso assume diferentes formas, que não são análogas em termos de frequência, e vão do DI, pela organização de relatos, até o DD, por meio da colagem de citações, na qual o objetivo de apresentar o discurso do outro em sua integralidade tem seu modo de execução mais evidente.

Sayonara
Kurtz

Nina Célia
Barros

110

Pela análise contextual dos dados, podemos afirmar que os meios de comunicação de massa fabricam percepções do papel institucional dos juízes e criam diferentes representações do Judiciário no corpo social, ora positivas, ora negativas. Há muito maior atenção por parte da mídia massiva sobre o Judiciário como instituição, sobre os magistrados e a atividade judiciária e sobre as posturas dos juízes a respeito de assuntos os mais variados. Matérias veiculadas nos meios de comunicação de massa abordam não apenas os casos judiciais, mas o percurso profissional dos juízes responsáveis por processos de grande repercussão.

Constatamos, pela análise textual, a importância do sistema de transitividade na construção de significados no gênero notícia, em especial a utilização dos processos verbais, em que participantes e circunstâncias se unem para construir um determinado quadro de significações e, por meio da relação lógico-semântica de projeção, a oração passa a funcionar como uma representação da representação linguística.

Os primeiros resultados apontam para uma característica estruturante do gênero notícia no contexto estudado: as notícias do Judiciário constituem-se, em grande parte, de colagem de citações e organização de relatos e que a inserção de verbos *dicendi* está relacionada às escolhas feitas pelo jornalista na busca da tão propalada objetividade da notícia, com reiterada utilização de “dizer” verbo considerado neutro.

Percebemos que a inserção dos verbos *dicendi*, predominantemente depois da citação, busca conferir relevância à fala do outro e deixar a voz do jornalista em segundo plano. Observamos, ainda, que mesmo ao utilizar colagem de citações (DD), esta aparece como tradução do discurso de outro, pois o jornalista, ao reproduzir diferentes vozes, não consegue esconder sua subjetividade.

Constatamos, também, que a escolha do DD possibilita o desempenho de diferentes funções: o jornalista pode pretender mostrar-se objetivo, preciso, e indicar a autenticidade de sua informação por meio da citação pretensamente fiel às palavras proferidas, ou delas se distanciar, descomprometendo-se com aquelas afirmações.

Verificamos que as representações do Judiciário, construídas no gêne-

ro notícia, pretendem produzir realidades e se mostrar como um testemunho da autenticidade do que está descrito no texto jornalístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 2004.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1987.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos em comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MILLER, C. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70, p. 151-167, 1984.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual de redação**, São Paulo: Publifolha, 2001.

SARDINHA, T. **Linguística de corpus**. Barueri: Manole, 2004.

SCOTT, M. **WordSmith Tools 5**. Hong Kong: Oxford University Press, 1999.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

*A toga e a mídia:
formas de citação
e relato em
notícias sobre o
poder Judiciário*

111

Recebido em 31 mar. 2010 / Aprovado em 30 ago. 2010